

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 2, Número 1, Maio de 2013*

## **Dossiê Primavera Árabe**

**Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?**

*Hillel Fradkin*

**Não Haverá uma Revolução Islâmica**

*Olivier Roy*

---

## **Dossiê China**

**Reforma de Cima para Baixo ou  
Revolução de Baixo para Cima?**

*Cheng Li*

**Autoritarismo e Contestação**

*Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He*

---

**O Putinismo sob Cerco:  
Implosão, Atrofia ou Revolução?**

*Lilia Shevtsova*

**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ACESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Antonio Mitre*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Global Translations*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Rodrigo Brandão (coord.)*

*Isadora Feitoza de Carvalho*

*Gabriela Gasparotto Souza*

## Apresentação

Egito, China e Rússia têm ocupado espaço crescente do noticiário internacional pela emergência de movimentos de contestação à ordem política estabelecida. No Egito, a contestação se transformou em revolta popular e resultou em mudança de governo e do regime político. Não é claro, todavia, dado o alto nível de instabilidade, quais serão as características – se mais ou menos democráticas – da nova ordem política em formação no maior país muçulmano do mundo árabe, peça-chave no complexo tabuleiro geopolítico do Oriente Médio. Na China e na Rússia, o cenário é outro. Nesses países, a ordem política estabelecida demonstra maior capacidade de reprimir e absorver os movimentos de contestação. Ainda assim, a incerteza política e o risco de instabilidade cresceram nas duas potências, ambas com assento no Conselho de Segurança da ONU e com relevância geopolítica global.

Os dois artigos que abrem esta edição apresentam visões contrapostas sobre os desdobramentos das “revoluções” no mundo árabe, em geral, e no Egito, em particular. Hillel Fradkin, do *think tank* conservador Hudson Institute, argumenta que está em curso uma revolução islâmica no Egito. Por trás de um discurso moderado e de adaptações táticas às circunstâncias, a Irmandade Muçulmana, principal força política do país, à qual pertence o presidente eleito, Mohamed Morsi, não teria abandonado o objetivo último de estabelecer um Estado islâmico. Esse propósito coincidiria com a aspiração do Egito “profundo”. A liderança da Irmandade Muçulmana e a maioria eleitoral islâmica condenariam as minorias urbanas, liberais e seculares a derrotas sucessivas até a eliminação de qualquer vestígio de democracia no país. O espectro do Irã ronda o Egito, na visão de Fradkin. As consequências para a região e para o mundo seriam funestas.

Olivier Roy, do European University Institute, discorda frontalmente. Em resposta a Fradkin, critica-o pela obsessão com uma suposta essência ideológica imutável da Irmandade Muçulmana. Que ela não é liberal e fará o que estiver ao seu alcance para manter e expandir o poder conquistado nas urnas, Roy não discute. Assim como não descarta que o Egito retroceda para um regime autocrático. Mas o novo regime não será expressão do islamismo radical. Um governo não democrático da Irmandade – se vier a existir— será social e culturalmente conservador, mas não revolucionário. O espectro do Irã não ronda o Egito. Ali, não há clero revolucionário coeso, líder carismático como foi o aiatolá Khomeini, organizações paramilitares capazes de se contrapor às Forças Armadas. Nem o Estado teocrático temido por Fradkin, nem necessariamente a democracia sonhada pelos jovens da Praça Tahrir. Para Roy, o futuro previsível do Egito se situará em algum lugar entre esses dois modelos.

O outro par de artigos desta edição é antes complementar do que antagonico entre si. “Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima”, de Cheng Li, da Brookings Institution, e “Autoritarismo e Contestação”, de Zhenhua Su *et alli*, professor da Universidade de Zhejiang, dão sequência ao “dossiê” sobre a China, iniciado no número anterior. Ambos colocam em xeque a tese de que o Estado e o Partido Comunista da China são invulneráveis aos impactos das transformações socioeconômicas em curso no país. Assinalam que a tese da invulnerabilidade do regime subestima não apenas os seus conflitos internos em torno da agenda de reformas, mas também a insatisfação social com o enorme poder monopolizado pelo partido, desgastado por sucessivos casos de corrupção e pela gestão desastrosa de crises sociais ou ambientais localizadas, mas frequentes. Os autores se referem ao número crescente de “incidentes de massa” (expressão oficial para protestos coletivos). A resposta do regime tem sido essencialmente repressiva. Os gastos com a manutenção da “estabilidade social” aumentaram a ponto de

equiparar-se às despesas com a defesa externa do país, afirmam. Seria insustentável a tentativa de encapsular repressivamente uma sociedade cada vez mais urbanizada, dinâmica e insatisfeita com a concentração de poder, riqueza e privilégios nas mãos da burocracia estatal e partidária, e de empresários com conexões especiais com os donos do poder. A questão que se coloca, para os autores, é se o medo de uma explosão social generalizada será suficiente para que a nova liderança chinesa se arrisque a fazer reformas que reduzam os privilégios do Estado e do Partido Comunista e ampliem a autonomia econômica e política da sociedade chinesa.

A perda de apoio social de regimes não democráticos é tema também do artigo que fecha esta edição. Sob a liderança de Vladimir Putin, se estabeleceu na Rússia um regime de poder crescentemente autoritário e personalista, a despeito da realização de eleições e da manutenção de um sistema pluripartidário. Em “O Putinismo sob Cerco: implosão, atrofia ou revolução?”, Lilia Shevtsova, do Centro Carnegie, de Moscou, descreve as características e analisa as causas do “Movimento de Dezembro”, a onda de protestos deflagrada ao final de 2011 depois que o partido de Putin conquistou a maioria parlamentar em eleições consideradas fraudulentas. Os protagonistas dos protestos foram membros da classe média dos principais centros urbanos do país, em geral mais jovens e mais instruídos que a média da população. A fraude eleitoral foi a gota d’água em um copo cheio de frustrações com as promessas de modernização política. Com Putin reeleito à presidência, em março de 2012, os protestos refluíram, não apenas pela ampla vitória eleitoral do líder russo, mas também pelas próprias dificuldades de organização e unificação do heterogêneo “Movimento de Dezembro”. Shevtsova, todavia, argumenta que as causas profundas dos protestos continuam presentes. A autora descrê da capacidade de auto-reforma do sistema de poder organizado por Putin. Reconhece, porém, que ele se assenta, por ora, em pilares suficientemente fortes para sustentá-lo: os interesses do complexo militar-industrial e de

energia, o nacionalismo russo e a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

*Diretores de Plataforma Democrática*

## Dossiê Primavera Árabe

# NÃO HAVERÁ UMA REVOLUÇÃO ISLÂMICA\*

*Olivier Roy*

*Olivier Roy é professor do European University Institute, em Florença. Ele é o mais recente coeditor de “Arab Society in Revolt: The West’s Mediterranean Challenge” (2012). Seu artigo “The Transformation of the Arab World” foi publicado na edição de julho de 2012 do Journal of Democracy.*

**H**illel Fradkin resumiu muito corretamente minha análise antes de criticá-la. Portanto, além do detalhe bastante relevante sobre o que significa a “falha do islamismo político”, não há qualquer mal entendido entre nós, mas sim uma diferença decisiva de abordagem e perspectiva. Fradkin está preocupado com o que constitui a essência da Irmandade Muçulmana (IM) como um movimento ideológico, enquanto eu me concentro em como os Irmãos Muçulmanos – como atores políticos e sociais – são moldados pelo contexto político, social e religioso no qual se encontram atualmente.

O principal argumento de Fradkin é que minha tese sobre a relutante entrada dos islamitas no processo democrático é camuflada por uma “dinâmica revolucionária” que está se desdobrando depois de alguns meses de moderação e cautela; ele salienta o fato de que a IM tem uma

\*Publicado originalmente como “There Will BE No Islamist Revolution”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

marca ideológica bem definida que tenta implementar apesar de sua contenção tática. Minha opinião é que não existe essa “dinâmica revolucionária” e que a IM não é mais um movimento revolucionário, mas sim um movimento conservador. Os Irmãos Muçulmanos certamente não são liberais e estão exultantes por seu repentino acesso ao poder depois de sete décadas desejando-o em vão. Eles podem tentar estabelecer um Estado autoritário, mas isso seria conservador e bastante pró-ocidental – mais ao estilo de Mubarak do que ao de Khomeini – e enfrentariam uma forte oposição democrática. Eu sustento que 1) sua “ideologia” é mais uma narrativa emocional e vaga do que uma clara diretriz de governo, e irá afetar principalmente a censura e as questões de gênero; 2) nenhuma dinâmica de “revolução islâmica” está em curso no Egito ou na Tunísia; e 3) devido ao fato de que a própria sociedade tem se transformado em conjunto com o contexto geoestratégico, os islamitas são formados mais pela nova paisagem do que a formam.

O primeiro ponto é sobre a natureza dos Irmãos Muçulmanos e seus similares em outros países, como, por exemplo, o Partido Ennahda, da Tunísia. Fradkin chama a Irmandade de movimento ideológico “revolucionário”, como o nazismo ou o comunismo. Certamente, a IM concebeu o islamismo como uma ideologia política, em contraposição à abordagem puramente legal dos *ulamas*, que veem a implementação da *shari‘a* como o único critério para um Estado islâmico. Certamente, também, a IM sempre acreditou que o poder do Estado é o melhor instrumento para “re-islamizar” a sociedade e, por isso, tem se esforçado para chegar ao controle do Estado. Mas a IM é mais do que isso. É também uma irmandade religiosa e um movimento social profundamente arraigado na sociedade. Se o antigo regime do Egito tolerou a Irmandade por tanto tempo, é precisamente porque seus membros não estavam envolvidos em atividades revolucionárias, como o planejamento de um golpe armado, que era uma obsessão dos nazistas e comunistas na década de 1930 (os nazistas, com certeza, teriam tomado o poder se não tivessem ganhado as eleições tão rapidamente).



A IM, pelo contrário, sempre tentou negociar com o poder dominante e sempre lutou para participar politicamente, ao invés de contar com levantes armados: se grupos dissidentes, como o Gama‘at Islamiyya e a Jihad islâmica, recorreram à violência, foi em oposição à moderação da IM; 70 anos de política cautelosa dificilmente qualificam um movimento como revolucionário. Como o Partido Comunista francês em meados do século XX, a Irmandade se voltou à formação de um tipo de “contra-sociedade”. Mas, à medida que os Irmãos se aproximaram da nova classe média que se beneficiou da abertura econômica liderada pelo presidente Anwar al-Sadat (1970–81), eles se tornaram mais “aburguesados” e distantes da nova geração. Suas redes beneficentes foram moldadas por uma atitude paternalista e ficaram para trás, enquanto outros grupos (dos Salafistas aos sindicatos) assistiram ao ressurgimento da militância. A Primavera Árabe pegou os Irmãos de surpresa – um claro indicativo de que tinham abandonado qualquer esperança de um levante popular contra o regime. Após as manifestações, suas ações foram confusas e desajeitadas antes que determinassem sua linha política, a qual espero que se mantenha bastante flexível e oportunista, sem uma dimensão “revolucionária” ou altamente ideológica, embora não devamos esperar que se tornem democratas sinceros. Eles podem vir a usar instrumentos autoritários tradicionais, e não revolucionários, para permanecerem no poder: é por isso que, durante os protestos de novembro de 2012, os adversários de Morsi o chamaram de “o novo Faraó”, e não de “o novo Khomeini”.

O fato de que a IM não é um movimento “revolucionário”, mas sim um movimento religioso-conservador, reflete a sociedade bastante conservadora à qual pertence: o eleitorado da Irmandade certamente não é revolucionário, nem vai sair às ruas para exigir a implementação de um Estado islâmico. Para além da imposição de sinais religiosos claros – como, por exemplo, a obrigação do uso do véu e a proibição do álcool –, a IM não propôs nenhum plano para uma “nova sociedade” (e muito menos para uma nova economia). Em outras palavras, a

IM não tem nenhum grande plano geoestratégico, além de sua retórica geral sobre a solidariedade do *umma* muçulmano: isso ficou claro na sua moderação durante a crise de novembro de 2012 entre o Hamas e Israel.

Naturalmente, décadas de repressão e oposição tornaram a IM cautelosa e vingativa, e ela fará o que estiver ao seu alcance para assegurar o poder recentemente conquistado. Os Irmãos nomearão seus militantes e companheiros para cargos no governo, apoiarão a censura com base na “moralidade” e repelirão uma imprensa livre e independente. Nesse sentido, não são nada liberais. Acreditam que seu tempo é agora e não pretendem perdê-lo ou prejudicá-lo.

## O Fracasso do Islamismo Político

A ideologia da Irmandade não oferece um roteiro para a sociedade islâmica perfeita, nem um guia para um bom governo. Isso foi o que chamei de “fracasso do islamismo político” – não a incapacidade dos islamitas de chegar ao poder. Eu nunca afirmei que os islamitas não chegariam ao poder, uma declaração que Fradkin erroneamente atribui a mim. Pelo contrário, eu disse que a dinâmica revolucionária nos países sunitas havia se esgotado e que o eleitorado ideológico dos islamitas (exceto em situações extraordinárias como na Argélia em 1992) é de somente cerca de 20%. Quando grupos islâmicos, como o AKP, da Turquia, conseguem ultrapassar esse patamar em épocas consideradas normais, é porque conseguiram atrair eleitores diferentes e mais diversificados – principalmente, eleitores conservadores ou nacionalistas, bem como os pobres e a crescente classe média não-secular. Logo, embora a Irmandade Muçulmana finalmente tenha podido chegar ao poder, foi à custa de sua própria ideologia: o “fracasso do islamismo político” não é o fracasso político dos islamitas; é o colapso do islamismo como ideologia política.

Em *The Failure of Political Islam* (1992), previ que a queda do impeto revolucionário do islamismo seria seguida por duas tendências:

1) haveria uma onda de “neofundamentalismo” que enfatizaria um retorno estrito às normas puramente religiosas (o apelo para a implementação da *shari‘a*), substituindo a agenda político-ideológica do islamismo (criando um Estado e instituições islâmicas, instalando uma “economia islâmica”, esforçando-se para formar uma *ummah* transnacional, e assim por diante). 2) Haveria um movimento em direção a uma “democracia muçulmana” (aos moldes de uma democracia cristã afirmativa) que endossa o nacionalismo e reforma as normas islâmicas como valores morais e culturais com apelo para um maior eleitorado conservador. É exatamente neste ponto que estamos hoje, e a Irmandade está dividida entre essas duas tendências.

Não obstante, é verdade que a Irmandade não pode abandonar a centralidade da religião em seu discurso sem perder sua marca registrada, sua identidade e sua legitimidade – especialmente em um contexto repleto de outros opositores que fazem reivindicações religiosas (Salafis, Sufis e as tradicionais instituições religiosas, como a al-Azhar). Para provar que a ideologia da IM permanece intacta, Fradkin cita intensamente Khairat al-Shater (o candidato original da Irmandade à eleição presidencial de 2012), que faz coro ao discurso tradicional do grupo, incluindo o dogma “o islamismo é a solução”. Naturalmente, há um “imaginário político” islâmico povoado pela nostalgia dos tempos do Profeta e esse sentimento provavelmente abastecerá muitos outros discursos inflamados. É importante observar, no entanto, que Shater não está no poder: ele não é o presidente do Egito, nem o guia supremo da IM.

Em todo caso, tal narrativa não pode servir como diretriz para se governar uma sociedade complexa. Por essa razão, há uma crescente discrepância entre as referências ideológicas e as práticas reais. Essa lacuna será insustentável, a menos que a Irmandade reforme sua ideologia em termos não teológicos (isto é, como uma questão de ética e identidade). De fato, sua “referência religiosa” tem se transformado em uma agenda sociocultural conservadora que nada tem a ver com

“revolução”, nem com um “Estado Islâmico”. A IM enfrenta obstáculos domésticos muito maiores e possui bem menos meios do que os movimentos revolucionários do passado. Em consequência, ela deve se comprometer.

Fradkin oferece a revolução islâmica de 1979 no Irã como prova de que os islamitas revolucionários podem liderar uma onda de revolta contra uma ditadura para estabelecer um verdadeiro Estado islâmico. Mas a experiência do Irã não oferece uma comparação apropriada com os atuais levantes no Oriente Médio. A revolução iraniana foi uma verdadeira revolução, caracterizada pela substituição das elites existentes por membros de outros grupos sociais; o uso da violência armada; as execuções e massacres de adversários; o sangrento acerto de contas dentro do novo regime; a reforma da economia e as transformações forçadas nas vidas diárias da população comum. No Irã, não houve nenhum movimento democrático significativo envolvido com a revolta – os esquerdistas, os esquerdistas islâmicos e os khomeinistas, todos rejeitaram a democracia. Os manifestantes não estavam exigindo uma democracia liberal, mas um Estado revolucionário (alguns, um Estado “popular”, e outros, um Estado “Islâmico”).

O aiatolá Khomeini não roubou o movimento revolucionário dos liberais. Pelo contrário, ele incorporou a revolução. No Egito de hoje, não existe tal líder carismático e todos os líderes políticos no mínimo defendem verbalmente a democracia, porque essa é a base de sua legitimidade. No Irã, o novo regime estabeleceu seu monopólio sobre a religião por meio de um clero xiita forte e politizado que existia antes da revolução. Não existe um grupo eclesial igualmente poderoso nos países sunitas, onde a diversidade religiosa dentro do islamismo esteja florescendo. No Irã, o novo regime formou rapidamente a Guarda Revolucionária que se tornou a força militar dominante do país. No Egito, o Exército voltou para os quartéis (um pré-requisito para qualquer democracia), mas não está sob o controle direto da Irmandade. No Irã, o regime deu início imediato à implementação de uma política estran-

geira revolucionária com o ataque à embaixada americana, enquanto, no Egito, o novo regime não apenas protegeu a embaixada americana, como também não fechou a embaixada de Israel, nem a entregou aos palestinos (que, a propósito, a teriam recusado).

## A Ilusão do Excepcionalismo Islâmico

Repetindo: minha divergência com Fradkin não é sobre fatos isolados, mas sim sobre sua abordagem ideológica e a-histórica. Ele vê a IM como um partido fechado de mônadas que opera desligado do tempo e da sociedade: durante 70 anos, manteve a mesma agenda, a mesma ideologia e a mesma disciplina organizacional, fazendo política de longo prazo em um tabuleiro de xadrez abstrato, onde sua flexibilidade é unicamente tática. Na opinião de Fradkin, a IM não mudou, nem tem motivo para mudar e tudo o que faz deve ser entendido dentro do paradigma da “revolução islâmica”. Nesse sentido, a abordagem de Fradkin está de acordo com a escola essencialista de pensamento que considera que a política entre os muçulmanos é dirigida por algum *software* imutável do Alcorão implantado em seus cérebros.

De fato, os islamitas são produtos da história e da sociedade modernas. O século XX foi marcado por revoluções de 1917 a 1979 – da revolução bolchevique à iraniana. Mas os tempos mudaram. Na década de 1980, um processo de democratização se estabeleceu na América Latina, o comunismo implodiu e a revolução iraniana se transformou em uma fraude aterrorizante. (Quem viajaria hoje para o Irã para aprender como construir o islamismo da maneira como as gerações antigas iam para a Rússia, China e Cuba para aprender como “construir o socialismo”?). Em países de todo o mundo, antigos extremistas e militantes se tornaram líderes democratas – entre os exemplos, estão o ex-primeiro-ministro português José Manuel Barroso (hoje, presidente da Comissão Europeia); a presidente do Brasil, Dilma Rousseff; e o vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte, Martin McGuinness, para citar apenas três. Certamente, isso não significa que a verdadeira

democracia está firmemente enraizada nesses países; assim como radicais podem se transformar em democratas, novos democratas podem transformar-se em ditadores. Hoje, no entanto, ditaduras como a China prosperam atenuando sua ideologia. Autoritarismo e ideologia são duas questões distintas: se Morsi se tornar um ditador, será às custas da ideologia e legitimidade da Irmandade. Em suma, a opinião de Fradkin sobre revolução e ideologia é bastante anacrônica.

Além disso, o argumento de que o mundo árabe não pode se democratizar porque o conceito de democracia é um produto de séculos de cristianismo ocidental é bastante tendencioso. Embora seja verdade que uma cadeia complexa de eventos na história europeia tenha gerado a democracia moderna, o capitalismo e os direitos humanos, a ideia de que eles foram produto da teologia cristã é altamente questionável. Há dois séculos, os países árabes vêm lutando para enfrentar os desafios do Ocidente. Diferentes países tentaram diferentes modelos – desde o despotismo esclarecido aos movimentos revolucionários conduzidos por líderes carismáticos, incluindo até mesmo algumas experiências democráticas passageiras. No decorrer do tempo, as sociedades árabes mudaram em consequência da educação em massa e da globalização, as quais alteraram tanto a estrutura social, quanto a cultura política.

Está ficando cada vez mais claro que o “excepcionalismo islâmico” é uma ilusão: tanto as mudanças políticas como as religiosas nas sociedades muçulmanas estão em sintonia com as tendências globais. E como eu tentei mostrar em *Globalized Islam* (2004), o que é entendido no Ocidente como um *retorno* a um islamismo tradicional e nostálgico é, na verdade, uma profunda *alteração* do islamismo tradicional, que está agora a dar lugar a um campo religioso mais aberto e diverso. Exatamente como a reforma protestante – apesar da intenção de promover um retorno às escrituras –, o islamismo está relutantemente abrindo a porta para novas formas de religiosidade por meio de sua passagem para a política. Além disso, o fundamentalismo – tanto como um instrumento, quanto como uma consequência da “descultu-

ração” do islamismo – tem ajudado a apresentar o islamismo ao mercado religioso global.

A crença de que os jovens muçulmanos se voltam para a religião somente por causa da frustração e da negação de seus direitos revela uma concepção negativa e simplista do “retorno ao sagrado”: de San Francisco a Jerusalém e de Paris ao Cairo, os fenômenos de conversão religiosa e de se tornar “renascido” são mais do que apenas uma resposta ao descontentamento social. Na verdade, depois de estudar essas tendências para meu livro *Holy Ignorance* (2010), cheguei à conclusão de que as ciências sociais, sem mencionar os políticos e jornalistas, têm um problema com a religião e tendem a vê-la somente como uma fonte de problemas.

Isso está refletido na conclusão de Fradkin, que faz um alerta sobre as “consequências internacionais de uma guerra religiosa prolongada no Oriente Médio” que poderia resultar do acesso da IM ao poder. A que ele está se referindo? Se “guerra religiosa” for um eufemismo para o conflito árabe-israelense, o papel da IM só pode ser secundário, porque esse conflito é, acima de tudo, nacional, e não religioso. Nenhuma paz sustentável entre Israel e os Estados árabes será obtida sem governos eleitos – em outras palavras, não pode haver paz sem democracia, e, no Egito, não pode haver democracia sem os Irmãos Muçulmanos.

Fradkin parece se referir tacitamente à tese de “choque de civilizações” de Samuel P. Huntington, todavia a IM não pretende unir a *ummah* contra o Ocidente. A Irmandade precisa do Ocidente para seu desenvolvimento econômico e teme a ameaça de um Irã nuclear. A Irmandade Muçulmana do Egito não incitou a guerra civil na Síria e se uniu ao Ocidente na rejeição da ditadura sangrenta de Bashar al-Assad.

Por fim, falta uma conclusão ao artigo de Fradkin. Ele não defende uma política específica, nem oferece um conselho à comunidade internacional além de cautela, prudência e desconfiança. No entanto,

prudência não é uma política. O engajamento pragmático, por outro lado, tem pelo menos o potencial de ajudar a apoiar a democratização no mundo árabe.

—30 de novembro de 2012





*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

**As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

*Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

*Meios de comunicação e Democracia:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder\\_politico\\_e\\_meios.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf)

*Sociedade civil e democracia:*

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos\\_abusos\\_e\\_desafios\\_da\\_sociedade\\_civil\\_na\\_America\\_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

*Biblioteca virtual:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>